

DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO

Tempo de estudo de alunos das camadas mais altas é 64% maior que dos pobres

BRUNO ALFANO E
RAPHAELA RAMOS*
sociedade@oglobo.com.br

Adolescentes de 16 e 17 anos das camadas A e B estudam 64% mais horas do que os da classe E, mostra estudo da FGV Social, com dados do IBGE. Os números são de agosto, e os responsáveis pela pesquisa são os economistas Marcelo Neri e Manuel Osorio.

Segundo a pesquisa, os mais ricos passam 3h20min diárias, em média, em aulas à distância ou em atividades propostas pela escola. Já os mais pobres, 2h02min. Na classe C são 2h21min e, na D, 2h02min.

Já alunos das classes A e B de 6 a 15 anos estudaram, em agosto, 3h11min diárias. Esse valor cai para 2h22min nas camadas C; 2h10min na D e 2h02min na E.

Segundo Marcelo Neri, diretor da FGV Social, a pandemia deve quebrar uma série de 40 anos de avanços, ainda que tímidos, na educação.

— O retrato da educação era e é muito ruim, mas o filme, não. Essa pesquisa é uma espécie de trailer de um filme de horror educacional — afirma Neri. — As desigualdades educacionais que estavam caindo vão voltar a subir. E

esse impacto vai perdurar para depois da pandemia.

Ainda segundo o estudo, quanto mais pobre é o indivíduo, menos ele frequenta a escola e menor foi a quantidade dos que receberam exercícios. “É esperado, portanto, que o gap de desempenho educacional entre ricos e pobres também aumente durante a pandemia”, afirma o texto.

Os dados utilizados pelo estudo são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid. Já os critérios de poder aquisitivo são: classe E, alunos cujas famílias receberam até R\$ 245 per capita; classe D, de R\$ 246 a R\$ 511 per capita; classe C, de R\$ 512 a R\$ 2.202 per capita; e classe AB, com renda per capita de mais de R\$ 2.203.

“Focaremos nas classes AB e E, ambas com tamanhos parecidos de alunos (2,27 milhões e 2,36 milhões, respectivamente) com o objetivo de comparar o desempenho escolar durante a pandemia entre os extremos da distribuição de renda”, diz o estudo.

Claudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV/RJ, avalia que a supervisão dos pais dos alunos com melhores condições financeiras, que em muitos

casos puderam fazer teletrabalho durante o isolamento, é um dos fatores que podem ter contribuído para esses dados, além do maior acesso a recursos que facilitam o aprendizado.

— Para o estudante que está nas camadas mais altas há alguma supervisão em casa, além das maiores expectativas dos pais de que entre em boas faculdades. Ele está vendo a aula em um computador, com boa conexão, tem mais chances de ter um ambiente tranquilo para estudar, tem os livros didáticos em casa e outros, se precisar. Sem falar no repertório cultural que seus pais têm e que possibilita que o ajudem — explica Costin.

Hugo do Carmo Silva, de 17 anos, foi um dos estudantes de escola pública que passaram por dificuldades no acesso à internet e a equipamentos adequados para acompanhar as aulas. Ele estuda na Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins, em Campos.

— Eu moro com minha família e aqui no quintal são sete

casas para uma única rede de internet. Não dá vazão. Quando tem aula on-line muitas vezes não consigo ver toda, quando chove também não consigo acessar. Só temos um computador, que é da minha prima, então fico à mercê do celular. A leitura também é muito ruim — conta o aluno.

Hugo, que está no 3º ano do ensino médio e inscrito no Enem, faz as aulas no quarto que divide com a irmã.

— Vou prestar Enem, mas não tenho esperança de entrar porque não estou conseguindo me preparar. Planejo tentar de novo no ano que vem — afirma Hugo, em dúvida entre Medicina ou Direito.

Matheus das Neves também está entre Medicina ou Direito. Aos 17 anos, mora em Chapeco, Santa Catarina, e estuda no Colégio Trilíngue Inovação, uma escola privada, que oferece atividades on-line des-

de o início da pandemia, no mesmo horário em que ocorria o ensino presencial. Ele assiste às aulas pelo computador ou pelo celular, dependendo da matéria, no seu quarto ou na sala, que fica vazia durante o horário das atividades.

— Esse foi um processo de adaptação tanto para estudantes quanto para professores, inclusive estrutural. Tem professores que usam quadros, e para alguns a escola disponibilizou caneta digital para escrever na transmissão de tela, então foi bem tranquilo, e minha internet funciona bem — diz.

Mesmo com condições mais favoráveis de estudos, até alunos de elite terão perdas educacionais em relação ao ensino presencial. Isso porque, segundo Marcelo Neri, em nenhum extrato social, de nenhum lugar do país o número de horas de aulas alcançou o mínimo previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é de quatro horas diárias.

SEM ATIVIDADE

Ainda segundo o estudo “Tempo para a escola na pandemia”, Pará, Tocantins e Maranhão foram os estados que mais tiveram alunos sem qualquer atividade escolar. Os índices são de 45%, 41% e 34%, respectivamente. Nesse quesito, os melhores são Ceará (6%

dos estudantes não receberam nada das escolas), São Paulo (5%) e Distrito Federal (4%).

Já em relação a tempo de estudo, os alunos de Acre, Roraima e Amapá são os que estudam menos tempo — 1h17min, 1h44min e 1h50min de aulas diárias, respectivamente. Os que mais estudam são o Distrito Federal (2h57min), Goiás (2h36min) e Ceará (2h34min).

— Isso tem a ver não só com a região ser pobre, mas com o compromisso dos secretários de achar que era papel deles assegurar alguma forma de ensino remoto. Foi impressionante o quanto alguns gestores se comprometeram. Outros deixaram por conta das escolas escolher fazer ou não — explica Claudia Costin.

O trabalho ainda critica a gestão do Ministério da Educação (MEC). Segundo os autores, o fato de que a pasta “gastou substantivamente menos que outros ministérios estratégicos (como Cidadania, Saúde e Economia) já revela que a educação não foi vista como área prioritária neste momento, mesmo com a criação do Comitê Operativo de Emergência e de medidas de apoio financeiro via ministério”.

** Estagiária, sob supervisão de Emiliano Urbim*

ENSINO REMOTO DERRUBA TEMPO DE ESTUDO DIÁRIO

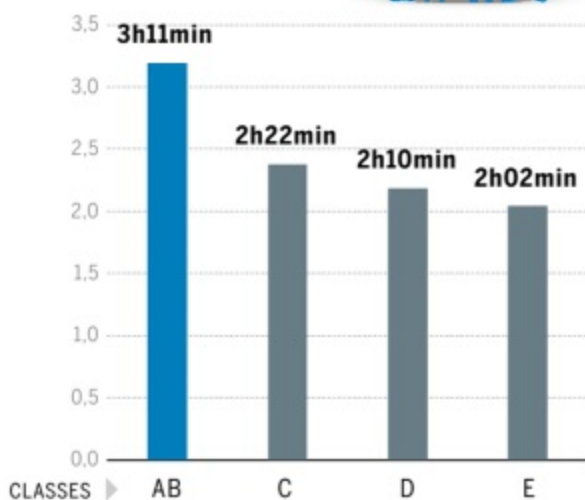
Pesquisa da FGV mostra que brasileiros passaram pouco tempo em aula e crianças pobres ficaram menos ainda



HORAS DE AULAS DIÁRIAS - Média nacional



ALUNOS DE 6 A 15 ANOS
Horas de aulas diárias



DE 16 A 17 ANOS
Horas de aulas diárias

